

# O Perfil Social da «Elite Censitária» no Sul de Portugal: Alentejo, Século XIX<sup>1</sup>

Helder Adegar Fonseca

Universidade de Évora

## Introdução

Ao Alentejo, a principal «região latifundista» portuguesa, tem sido atribuída uma trajectória histórica de decadência e atraso, cujas raízes remontariam aos primórdios da expansão portuguesa e ao início da «época moderna», marcada pela persistência de inultrapassáveis bloqueios estruturais e pelo imobilismo social, económico e cultural que o «século das revoluções» não conseguiu vencer, antes consolidou, e que o século xx, não foi capaz de corrigir. Este destino, aparentemente confirmado pelo facto de actualmente a região ser uma mais pobres e atrasadas do país, foi continuamente associado à persistência de uma elite regional de tipo «tradicional», isto é, uma elite pouco aberta à modernização e ao desenvolvimento.

No entanto, a visão de um multissecular e inexorável percurso de atraso e empobrecimento relativo no contexto nacional, não parece historiograficamente sustentável. A literatura dedicada à economia e sociedade alentejana do séculos xvii e xviii não permite tal interpretação e, constatou-se também que no período da *pax liberal* (1850-1900), uma etapa primordial da formação do Portugal Con-

---

<sup>1</sup> A investigação para este artigo realizou-se no âmbito do projecto «Elites Portuguesas em Contextos Regionais: Família, Património e Redes de Interesses no Alentejo Contemporâneo» apoiado pela JNICT/ FCT (Projecto PCSH/C/HIS/1002/95).

temporaneo, o Alentejo foi um dos contextos agrários que, no país, mais progrediu.

No terceiro quartel do século XIX -com muitas das reformas institucionais e económicas do Liberalismo já realizadas, com a democracia censitária a funcionar regularmente, e algumas mudanças visíveis na economia portuguesa- eram enormes as expectativas nas supostamente amplas possibilidades de progresso económico do Alentejo, em benefício da região e do país. A região absorveu importantes investimentos do Estado (construção dos caminhos de ferro e melhoramento das estradas), foi particularmente afectada pela política económica liberal (desamortização, liberalização dos mercados) e pelo contexto externo, e conseguiu mobilizar os interesses privados por um conjunto de oportunidades de negócio nos planos fundiário e agrário, industrial e mineiro, comercial e financeiro. E o resultado não foi mau.

Até à 1.ª Grande Guerra, a região conheceu um período de crescimento, suportado no melhoramento das infraestruturas de circulação e na diferenciação das actividades económicas, tendo atraído alguma indústria moderna, reduzido o seu nível de «especialização agrícola» e iniciado a modernização da sua agricultura, cujo padrão produtivo se diversificou<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, a população residente aumentou proporcionalmente mais que noutras regiões do país e o Alentejo não só ficou fora do circuito da emigração que avassalou o Portugal rural como atraiu muita gente de outras zonas do país e do estrangeiro (em particular de Inglaterra e Espanha), que vieram instalar-se como investidores (negociantes, industriais) ou procurar emprego nos trabalhos públicos, na agricultura, e nas actividades mineiras e industriais. A sociedade de matriz agrícola tornou-se mais complexa, houve uma recomposição do grupo de elite, aumentou o nível de urbanização, tendo sido mesmo criados de raiz alguns núcleos urbanos exclusivamente industriais<sup>3</sup>. No entanto, e surpreen-

---

<sup>2</sup> CE. FONSECA, H. A.: *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 23-72, e «Elites Agrárias e Crescimento Económico na Periferia Portuguesa: O Exemplo do Alentejo na Era Liberal (1850-1910)», in *Análise Social*, n.º 146-147, 2.º\_3.º, 1998, pp. 497-538, e REIS, J.: *O Atraso Económico Português 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 33-86 e 87-180.

<sup>3</sup> Entre 1838 e 1900 a população residente em Portugal aumentou 36% e na «região económica do sul» aumentou 44%. Enquanto na generalidade do norte

dentemente, o progresso da população em matéria de educação formal, visto pelo prisma da alfabetização, foi ainda débil do que os já fracos resultados nacionais<sup>4</sup>.

Esta leitura, que revê a interpretação clássica sobre a evolução da economia e sociedade alentejana no séc. XIX, lança algumas interrogações sobre os agentes sociais que a protagonizaram e sobre o impacto geral na sociedade regional. Noutros textos procurei mostrar como as elites económicas regionais da era liberal foram actores empenhados na diversificação e modernização da economia alentejana, contribuindo assim também para o que Rolão Preto designou como a maior «traição burguesa» que, no século XIX, transformou as raízes do «ruralismo» português ao dar prevalência ao «critério industrial-agrícola» e forma ao «conceito da indústria agrícola»<sup>5</sup>.

---

do país este aumento foi na ordem dos 30 %, no Alentejo foi de 38 %. Até 1890 a quota de emigrantes portugueses oriundos do Alentejo era quase nula (0,02 a 0,09 %). A população aglomerada da cidade de Évora duplicou entre 1845 e 1911. Quanto aos novos núcleos urbanos, o melhor exemplo é o das Minas de S. Domingos: uma «povoação mineira» criada de raiz, por James Mason na Sena de S. Domingos. Em 1859, a povoação tinha cerca de 1500-1600 habitantes, e antes do fim do século já ultrapassava mais de 5.000 trabalhadores e 8 a 9.000 habitantes. Cf. CUSTÓDIO, J.: «Sistemas de Lavra na Mina de S. Domingos (1854-1966)», in REGO, M. (coord.): *Minerafaço no Baixo Alentejo*, Castro Verde, C. M. Castro Verde, 1996, pp. 178-179, e GUIMARÃES, P.: «O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração», in REGO, M. (coord.): *op. cit.*, pp. 126-127. A evolução da população foi estimada a partir de: *Revisão do Recenseamento da População de Portugal em 1838*, Lisboa, TJB, 1840; *Recenseamento Cereal da População no Continente e Ilhas Adjacentes* (1960), Lisboa, 1964. Sobre as mudanças sociais no Alentejo do Séc. XIX ver, por exemplo, FONSECA, H. A.: «As Elites Económicas Alentejanas, 1850-1870: Anatomia Social e Empresarial», in *Análise Social*, n.º 136-137, 1996, pp. 711-748; GUIMARÃES, P.: *Indústria e Conflito no Meio rural. Os Mineiros Alentejanos dos finais da Monarquia ao Estado Novo*, Tese de Mestrado Policopiada, Lisboa, UNL-FCSH, 1994; MIRANDA, P., e CLÁUDIO, A. S.: «Bem estar e estatura física no Alentejo durante o Século XIX: o caso do Distrito de Évora», *Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos (Alentejo-Algarve)*, vol. 11, Lisboa, Fundação da Juventude, 1998, pp. 11-85.

<sup>4</sup> Cf., por exemplo, GAMEIRO, F. L.: *Entre a Escala e a Lavoura - Ensino e Educação no Alentejo 1850-1910*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional-Ministério da Educação, 1998.

<sup>5</sup> Cf. PRETO, R.: *A Traição Burguesa*, Lisboa, Pro Domo, 1945, pp. 58-75. Sobre a acção da elite económica alentejana na segunda metade do século XIX ver, por exemplo: FONSECA, H. A.: «Elites Agrárias e Crescimento Económico na Periferia Portuguesa: O Exemplo do Alentejo na Era Liberal (1850-1910)», in *Análise Social*, n.º 146-147, 2.º-3.º, 1998, pp. 497-538.

Neste artigo o meu propósito é lançar mais alguma luz sobre o perfil das elites regionais portuguesas na segunda metade do século XIX, visto através da composição e recrutamento social, o estilo de vida, dos laços familiares, dos níveis de educação e da acção pública, cujos traços serão interpretados na óptica da propagação em Portugal da sociedade e cultura burguesas que triunfaram na Europa de Oitocentos<sup>6</sup>.

O principal painel objecto de análise neste artigo é constituído pela elite económica sediada em Évora, o principal centro urbano e económico e a capital política simbólica do Alentejo, cujos elementos foram identificados, entre 1845 e 1870, a partir de três indicadores fundamentais: *a)* a integração no grupo dos maiores contribuintes na regio (elite censitária); *b)* a pertença, na qualidade de agentes económicos, às sociedades promotoras do desenvolvimento regional criadas sobre a égide do Estado Liberal (élite «desenvolvimentista»); *e)* a integração no grupo dos grandes proprietários fundiários e os grandes lavradores (elite latifundiária: os actores sociais que controlavam a terra pelos títulos de propriedade ou de exploração). A combinação destes critérios aproxima-nos indiscutivelmente da elite económica regional: estamos perante os actores mais tributados pelos recursos que controlam e reconhecidos como os principais agentes económicos instalados na regio.

A pesquisa biográfica compilada para este grupo estendeu-se à dos seus ascendentes (a geração da primeira metade do século XIX) e descendentes (a geração do final do século XIX) imediatos. Nesta pesquisa, o método prosopográfico e a agenda de trabalho a que obedeceu (com vista a questões mais amplas do que aquelas que são formuladas neste artigo) implicaram o recurso a um amplo leque de fontes. De um modo geral, a investigação passou pelos os registos paroquiais; pelos acervos administrativos, concelhios e distritais; pelos acervos fiscais (matrizes, arrolamentos, décimas, balanços patrimoniais para efeitos fiscais) e judiciais (inventários orfanológicos e de maiores; mas não foram consultados os processos de falência); pelo registro predial (a partir de 1867); e, finalmente, por arquivos particulares (de entidades associativas como o Circulo Eborense; e de família, nomeadamente das casas Eugénio de Almeida e de Domingos Fiuza); além disso, foi imprescindível a imprensa regional, que teve

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto ver KOCKA, J., e MITCHELL, A. (eds.): *Bourgeois Society in Nineteenth-Century Europe*, Oxford-Providence, Berg Pub!., 1993.

urna dimensão relevante na época e que forneceu informação sociológica e económica relevante.

Embora centrado na elite económica eborense, o estudo toma também em consideração os resultados do conjunto de investigações histórico-sociais recentemente concluídas sobre as elites alentejanas, estudos maioritariamente conduzidos pelo método prosopográfico e centrados nos principais actores políticos locais. Propõe-se uma visão de síntese sobre o perfil social do conjunto das elites regionais no período do Liberalismo<sup>7</sup>. Por reconhecer a importância central do censo (impostos directos) na estruturação social da sociedade liberal, e apesar da valorização que também foi atribuída à capacidade literária, podemos aceitar a inclusão de todos aqueles actores debaixo do grande chapéu das «elites censitárias» que serve de palavra chave neste artigo<sup>8</sup>.

Procuo mostrar que no perfil social deste grupo destacam-se não só o seu estatuto de «aristocracia censitária» e latifundista, mas

---

<sup>7</sup> Os principais trabalhos publicados pela equipe do projecto «Elites Portuguesas em Contextos Regionais: Família, Património e Redes de Interesses no Alentejo Contemporâneo» apoiado pela JNICT/ FCT (Projecto PCSH/C/HIS/1002/95): BAIÓIA, M. I.: *Elites Políticas em Évora da 1.ª República à Ditadura Militar 0925-1926*, Lisboa, Cosmos, 2000; BAIÓIA, M., e FERNANDES, P. S.: «Elites agrárias e acção pública: o Alentejo entre 1800 e 1930», in *Ler História*, n.º 40, 2001, pp. 167-17; BERNARDO, M. A.: *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na segunda metade do século XIX. O Circulo Eborense*, Lisboa, Cosmos, 2001; FAUSTINO, C. F.: *A Elite Política no Concelho de Arraiolos 0890-1918*, Tese de Mestrado Policopiada, Lisboa, Instituto de Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1996; FERNANDES, P. S.: *Elites e Finanças Municipais em Montemor-O-Novo: Do Antigo Regime à Regeneração*, Montemor-O-Novo, C. Municipal de Montemor-o-Novo, 2000; FONSECA, H. A.: «As Elites Económicas Alentejanas, 1850-1870: Anatomia Social e Empresarial», in *Análise Social*, n.º 136-137, 1996, pp. 711-748, e «Elites Agrárias e Crescimento Económico Na Periferia Portuguesa: O Exemplo do Alentejo na Era Liberal (1850-1910)», in *Análise Social*, n.º 146-147, 2.º-3.º, 1998, pp. 497-538; FONSECA, H. A., e GAMEIRO, F.: «O Liceu de Évora na formação das elites portuguesas. Percursos escolares e profissionais 1841-1941», in *Escolas Culturais Identidades*, Actas do III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, fevereiro de 2000 (prelo); MARQUES, P. C.: *As Sociedades Recreativas Bejenses de Meados do Século XIX à Primeira República: Elites e Vida Associativa*, Tese de Mestrado Policopiada, Évora, Universidade de Évora, 1996, e TRINDADE, C.: *Elites Locais e Eleições no Concelho de Maura 0860-1910*, Tese de Mestrado Policopiada Évora, Universidade de Évora, 1996.

<sup>8</sup> Chaussinand-Nogaret utiliza a categoria «aristocracie censitaire» para caracterizar estes grupos na França da Restauração (d. CHAUSSINAND-NOGARET, G.; CONSTANT, J. M.; DURANDIN, C., et JOUANNA, A.: *Histoire des Élités en France du XVIème au XXème Séc/e*, Paris, Pluriel, 1991, pp. 288-290).

o facto de constituírem uma elite pluralista pelas origens sociais ( recrutada nos meios aristocráticos, de negócio e da lavoura ) e pelas ocupações profissionais (grandes agricultores, negociantes, comerciantes, industriais, profissionais, funcionários públicos) em que se envolveram. Dou ainda relevo ao facto de, apesar da diversidade no recrutamento e nas carreiras profissionais, os seus membros apresentarem um grau de educação formal que não os afastava nem dos seus congéneres europeus nem dos perfis que tem sido traçados para certos grupos empresariais portugueses da época, e de cedo terem construído uma identidade comum que passou pela convergência no estilo de vida, pela construção e partilha reservada de certos espaços sociais de distinção, pela edificação de fortes laços de parentesco e de dinastias familiares e, no plano da acção pública, pelo acesso à notabilidade traduzido no claro domínio da vida e das mais importantes instituições locais e regionais, constituindo ainda um alfobre para o recrutamento da elite política central. Assim integraram a renovada elite social que emerge com o triunfo do Liberalismo Monárquico português. **A** luz das características sociais do grupo podemos ainda argumentar que na sua acção se vislumbra fundamentalmente a expansão da sociedade e dos valores burgueses.

### Composição e recrutamento social

Os membros da elite económica eborense no terceiro quartel do século XIX, tinham, desde logo, em comum o facto de serem homens ricos. Dispondo de um capital material acumulado, por herança e/ou mérito pessoal, que os diferenciava claramente da larga maioria da população, quer a comparação se faça a uma escala regional ou nacional, a distinção como *elite* censitária concretizava-se no reconhecimento por parte da administração fiscal e administrativa, que tornava pública a sua situação de «maiores contribuintes do concelho», ou seja como uma *elite censitária*. Em 1870, este grupo representava 2,5 % do corpo eleitoral municipal e, se lhe agregarmos o conjunto dos elementos do núcleo familiar, não excedia os 2 % da população residente no município de Évora <sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> No grupo a fortuna média rondava os 44.000\$000 reis (1841-1870), quase o dobro da fortuna média que os membros ou os seus ascendentes directos possuíam

Todos os membros que integravam o grupo dos mais tributados -apurado com base na totalidade das contribuições pagas e não apenas dos impostos fundiário e agrícola 10\_ eram «proprietários», uma classificação que certamente conferia qualidade, prestígio, e condição «burguesa» 11, mas exprimia também o facto de todos eles serem, além de importantes proprietários urbanos, grandes proprietários fundiários, ou se quisermos, uma *elite latifundiária*. Em 1870, o grupo dos maiores contribuintes eborenses era possuidor directo, só no perímetro do município de Évora, de 40 % das «herdades» (grandes propriedades) que somavam uma área de cerca de 40.000 hectares de terra (43 % da área total ocupada pelas «herdades» no concelho), o que representa uma área média possuída superior a 550 hectares 12.

Mas para a larga maioria dos casos (73 %) à condição de grandes proprietários acrescentava-se uma classificação profissional que revela a diversidade das experiências ocupacionais entre os membros do grupo. Assim:

43 % eram lavradores no activo, o que no vocabulário regional está associado ao exercício da actividade agrícola em grande escala.

---

entre 1800 e 1840 (23.800\$000 reis) (cE. FONSECA, H. A.: *A Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 231). Estes níveis de riqueza colocam-nos no topo das hierarquias que tem sido apuradas para o Alentejo e outros contextos regionais do país (cE. FONSECA, H. A.: *Um Empresário e uma Empresa Agrícola na 1.ª Metade do Século XIX: José Joaquim Teixeira e a Quinta do César no Carregado*, 2 vols., Trabalho síntese PAPCC policopiado, Évora, Universidade de Évora 1984; CAscAo, R. A.: *Figueira da Foz e Buarcos 1861-1910. Permanência e Mudança em duas comunidades do Litoral*, Figueira da Foz, Minerva, 1999; DIAs, M. F. S.: *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica: a Casa Bensaúde e os Afores, 1800-1873*, 2 vols., Diss. de doutoramento policopiada, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993, e ROCHA, M. M.: *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1.ª Metade do Século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1994).

10 Sobre os critérios fiscais de apuramento dos «maiores contribuintes» ver FON. SECA, H. A.: *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*, 2 vols., Diss. de doutoramento policopiada, Universidade de Évora, 1992, pp. 321-322.

11 CE. DAUMARD, A.: *Les Bourgeois de Paris au XIXe Siècle*, Paris, Flammarion, 1970, p. 52, e BERNARDO, M. A R.: *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na Segunda Metade do Século XIX. A Circulo Eborense*, Trabalho de Síntese PAPCC, Évora, Universidade de Évora, 1992, p. 124.

12 CE. FONSECA, H. A.: *A Alentejo no Século XIX...*, pp. 197 e 461-466.

18 % tinham comércio estabelecido, um mundo fluído que compreendia especialmente negociantes, comerciantes, industriais, boticários, lojistas e mercadores sendo certo que mais de metade dos personagens deste subgrupo eram também reconhecidos como importantes lavradores.

8 % eram profissionalmente conhecidos essencialmente pelo exercício de actividades liberais (medicina, advocacia), embora para alguns deles não fosse socialmente ignorada a sua condição de lavradores.

3 % eram membros bem colocados na hierarquia eclesiástica da cidade, sede de arcebispado.

1 % exerciam funções públicas remuneradas, como professores de liceu ou responsáveis de organismos da administração pública, sendo simultaneamente reconhecidos como lavradores

Na restante terça parte do grupo (c. 27 %), a qualidade de «proprietário» estava vinculada a duas situações sociais que convem discernir. A primeira correspondia à ligação ao mundo aristocrático tradicional: cerca de 20 % destes personagens eram reconhecidos pela sua condição de morgados ou distinguidos com formas de tratamento que indiciam uma elevada consideração social, pelos títulos de nobreza exibidos e o uso de apelidos familiares herdados das «pessoas fidalgas, da principal ou primeira nobreza da cidade», que, entre 1788 e 1830, exerceram a vereação municipal. A segunda (7 %), incidia sobre gente abonada mas já retirada das actividades em que fizera carreira (agricultura, negócio, comércio e indústria) <sup>13</sup>.

Esta diversidade na taxionomia sócio-profissional remete obviamente para a questão das origens e trajectórias sociais dos membros do grupo. E deste ponto de vista, era também uma *elite pluralista*: ela foi recrutada tanto na antiga aristocracia (20 %) e nos meios dos grandes proprietários e lavradores locais (66 %) como entre famílias ligadas aos «meios do negócio» (24 %) cujo enraizamento local era, em geral, recente. O que tinham em comum, era o facto de todos eles serem originários de famílias (a geração anterior) com níveis de riqueza bastante acima da média regional e nacional <sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Cf. FÜNSECA, H. A: *O Alentejo no Século XIX...* pp. 193-194 e 457-460, e «Sociedade e Elites Alentejanas no Século XIX», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.º 45-46, 1988, pp. 46-67.

<sup>14</sup> Cf. FÜNSECA, H. A: «Para o estudo dos Investidores Alentejanos: os Lavra-

Contudo, se a maior parte dos grandes contribuintes tinha a sua origem vinculada a famílias com interesses centrados no mundo agrário -casas de grandes proprietários e rendeiros de terra e detentores de grandes lavouras, cujo enraizamento local e regional era já secular e começara a ganhar escala no século XVIII<sup>15</sup>-, cerca da quinta parte (22 %) dos mais importantes proprietários e lavradores eborenses do terceiro quartel de Oitocentos, não tinham no seu passado familiar e pessoal uma tradição agrária tão arraigada. Os seus ascendentes directos ou eles próprios, fizeram uma trajectória que, de homens de comércio e de negócio, os transformou em grandes terratenentes e agricultores. Na verdade, os dados disponíveis mostram que os comerciantes e negociantes eborenses da primeira metade do século XIX tinham uma ligação ao mundo agrário que não era exclusivamente mercantil mas envolvia também aplicações produtivas. A acumulação de experiência na lavoura, as oportunidades de investimento no sector agrário, a convergência de interesses entre os mundos do «negócio» e da «lavoura», incluindo as alianças matrimoniais, e um contexto mais amplo de mudanças à escala nacional, explicam seguramente aqueles percursos que podem considerar-se de conversão agrária recente.

A componente constituída pelos homens de negócio revela ainda outra característica importante. Na verdade uma parte importante da actividade mercantil da maior praça comercial do Alentejo era exercida, pelo menos desde a primeira metade do século XIX, por gente oriunda recentemente (desde finais do séc. XVIII) do «norte» do país (Porto, Braga, Guimaraes, Aveiro, Guarda, Castelo Branco), que trouxe capitais e talento e enriqueceu. Um recrutamento recente e exterior à cidade e à região confirmou-se pelo menos para 60 % dos lojistas e comerciantes no activo em Évora durante o terceiro quartel do séc. XIX. Este padrão tem uma grande similitude com o detectado para o universo dos negociantes lisboetas do final do

---

dores da Comarca de Évora no final do Antigo Regime. Alguns Aspectos», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXII, Coimbra, 1987, pp. 47-114, e *O Alentejo no Século XIX*, pp. 171-232.

<sup>15</sup> Sobre a emergência de uma burguesia agrária no século XVIII ver FONSECA, H. A., e SANTOS, R: «Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora, sécs. XVII a XIX», in *Ler História*, n.º 40, 2001, pp. 43-93.

Antigo Regime<sup>16</sup>. Deste modo, comungando da procedência exógena e da acumulação de riqueza, um grupo de lojistas e comerciantes ou os seus imediatos sucessores, chegaram ao topo da sociedade eborense nas primeiras duas décadas da segunda metade do século XIX como homens de negócio e grandes proprietários e lavradores, colocando-se assim ao lado de outros cujo enraizamento local era mais antigo.

O padrão de urna elite regional censitária, pelo imposto, latifundiária, pelos generalizados interesses agrários, e plural, pela composição sócio-profissional e as origens sociais, parece caracterizar o Alentejo do período liberal, superando assim o modelo marcadamente aristocrático que dominava nos finais do Antigo Regime. Contribuições recentes sobre a evolução da composição social das elites políticas em municípios da região acentuam também a recomposição ou renovação social e o carácter plural das elites locais a seguir ao triunfo liberal e ao longo da segunda metade do século XIX.

Em Montemor-o-Novo, nos anos 1840s, as posições mais elevadas da instituição municipal estavam ocupadas por indivíduos de diferentes origens sociais e ligados às mais diversas actividades (médicos, cirurgiões, boticários, algibebe, alfaiates, etc. e elementos aristocráticos). Na vila de Avis, em finais de Oitocentos, a «elite social» (7 a 10 % da população eleitoral) era composta por um sector mais rural e fundiário (proprietários e lavradores e proprietários ausentistas), o grupo mais numeroso, e por urna elite mais urbana, constituída por funcionários públicos, profissionais liberais (advogados, médicos, farmacêuticos, professores, padres), e comerciantes. Em Moura, a «elite política liberal» (1860-1910), constituída por 2 a 4 % dos cidadãos activos (eleitores) que ocuparam as posições de vereadores, administradores, juizes e procuradores da administração local e regional, incluía: proprietários (16 %); lavradores e proprietários (33 %); funcionários públicos e oficiais militares (18 %); profissionais liberais (16 %); comerciantes, lojistas e negociantes (12 %), dos quais 8 % também eram lavradores; e ainda eclesiásticos (2 %). Na vila de Arraiolos, a elite política local (1890-1918), tinha urna

---

<sup>16</sup> CE. FONSECA, H. A.: *Um Empresário e uma Empresa Agrícola na 1.ª Metade do Século XIX...* pp. 22-26 e anexo, e *Economia e Atitudes Económicas...* pp. 388-389, e PEDREIRA, J. M.: «Os Negociantes de Lisboa na segunda metade do Século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais», in *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, pp. 407-440.

composição similar, destacando-se os lavradores (38 %), proprietários (34 %), profissionais (9 %) e comerciantes (4 %). E uma maior complexidade social adquirirão estes grupos com a experiência republicana, a partir de 1910. O cenário liberal está pois bastante distante da profunda aristocratização detectada no século XVIII nas elites locais destas e de outras vilas e cidades alentejanas, e é difícil detectar sinais generalizados de oligarquização<sup>17</sup>.

De um modo geral, podemos concluir que com a experiência liberal monárquica, a elite aristocrática deu lugar a uma elite fundamentalmente censitária, capacitária e plural que compreendeu os grandes proprietários e lavradores (a sua facção mais numerosa), os homens do negócio e da indústria, as profissões liberais e as principais posições do serviço público civil, militar e eclesiástico, constelações profissionais que tenderam a mesclar-se.

## Estilo de vida

Apesar da diversidade de origens e trajetórias profissionais, a elite que se afirma no Alentejo durante a era liberal cedo partilhará um conjunto de práticas e atitudes que lhe conferirão coesão e homogeneidade como grupo social de distinção.

A similitude na tipologia da habitação principal foi um desses elementos comuns. Em Évora, em regra, as famílias da elite económica possuíam todos a habitação principal na cidade e seus arredores, em moradias classificadas como «palácios», «casas nobres» e «casas grandes», em alguns casos partilhadas entre membros do grupo com parentesco muito chegado. Era também frequente dispor de uma segunda habitação instalada na «herdade-centro da lavoura» que possuíam no município ou nos limítrofes. Embora raros, alguns deles

---

<sup>17</sup> CÉ. FERNANDES, P. S.: *op. cit.*, pp. 112 ff; FAUSTINO, C. F.: *op. cit.* pp. 83 ff; MARQUES, P. C.: *op. cit.*, pp. 19-20; ALMEIDA, M. A.: *Elites sociais locais alentejanas. Continuidades e mudança. Avis* 1886-1941, Tese de Mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1996, pp. 48 ff. Sobre a os níveis da aristocratização das elites locais em finais do Antigo Regime ver também: COELHO, M. H. C., e MAGALHÃES, J. R.: *O Poder Concelhio: das Origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, Edição do CEFA, 1986; FONSECA, H. A.: «Sociedade e Elites Alentejanas no Século XIX», in *Economia e Sociologia*, n.º 45-46, Évora, 1988, pp. 46-67; SANTOS, R.: «Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII», in *Análise Social* n.º 121, 1993, pp. 345-370.

tinham ainda outras moradias em «casa nobre» situadas noutras cidades ou vilas do Alentejo ou mesmo em Lisboa. E aqueles que normalmente viviam numa «boa casa» edificada no «monte» principal da exploração agrícola não prescindiam de urna «casa de pousada» na cidade, mesmo que arrendada (Tabela 1).

**TABELA 1**  
**Residencia Principal da Elite Económica Eborense, 1850-1870**  
**(em percentagem) (a)**

Tipos de Moradia	Localização			
	Urbana (b)	Aldeia (e)	Herdade	Total
«Casa nobre»/palácio	38,0	-	-	38,0
«Casa grande»	14,0	2,8	2,8	19,6
«Boa casa»	1,4	-	-	1,4
«Casa»	1,4	-	-	1,4
«Casa de pousada»	5,6	-	-	5,6
«Monte»	-	-	34,0	34,0
<b>TOTAL</b>	<b>60,4</b>	<b>2,8</b>	<b>36,6</b>	<b>100</b>

(a) Representa a residencia de 83 % dos maiores contribuintes arrolados no período 1852-1867.

(b) Intramuros e extramuros da cidade de Évora.

(e) Aldeias do coneelho de Évora.

Fonte: FONSECA, H. A.: *O Alentejo no Século XIX...*, p. 202.

No entanto, neste processo há percursos que é conveniente des-trinçar. Em Évora distinguem-se claramente dois grupos em função de um passado marcado por maneiras de viver distintas. O primeiro, pode designar-se como o *grupo de continuidade*) na medida em que os seus elementos revelam um estilo de vida já com tradição familiar, concordante com o dos seus ascendentes e quase sempre partilhando a mesma moradia; dele faziam parte a componente aristocrática e urna parte dos grandes proprietários e lavradores já há muito enraizados na regio e urbanizados. O outro, o *grupo da mudanfa*, é representado por aqueles que, a partir dos anos 1830 e até cerca de 1870 ( numa ou duas gerações) alteraram expressivamente o seu lugar e modo de viver, adquirindo, edificando e recuperando palácios

e casas nobres na cidade onde passaram a viver; nele se inclui uma parte dos grandes lavradores assim como a totalidade dos negociantes. A conquista da cidadela aristocrática pela burguesia eborense, implantando aí a suas residências principais, é um fenómeno bem identificado. Tratou-se de um importante investimento patrimonial e simbólico, que foi genericamente acompanhado por uma clara melhoria no conforto da vida privada, e constituiu um sinal que exteriorizou o sucesso e afirmação social, um conjunto de motivações que na época estimularam as elites europeias a fazer aplicações desta natureza <sup>18</sup>.

Este padrão residencial, urbano, de habitações distintas (casas grandes, casa nobres, palácios mas também quintas imponentes localizadas à porta da urbe), constatou-se numa diversidade de vilas e cidades do Alentejo de que Évora, Beja e Reguengos de Monsaraz são apenas exemplos <sup>19</sup>. Um processo que decorreu ao longo da segunda metade do século XIX e prosseguiu no seguinte. Por exemplo, a urbanização da elite fundiária em Avis, a «grande mudança», só ocorreu na primeira metade do século XX: com «o abandono dos montes, (...) grande parte das famílias dos lavradores passou a ter a primeira residência na sede de concelho ou noutros centros urbanos» alterando assim os comportamentos sociais, as vivências e práticas sociais <sup>20</sup>.

A completa urbanização da extrato agrário e a generalizada melhoria de residência principal a uma mudança global no estilo de vida. Apesar das particularidades inerentes à situação e trajetória de cada grupo doméstico, em Évora, os inventários mostram como, ao longo da segunda metade do século XIX, o quotidiano destas famílias se

---

<sup>18</sup> FONSECA, H. A.: «Elites Agrárias e Crescimento Económico Na Periferia Portuguesa: O Exemplo do Alentejo na Era Liberal (1850-1910)»>>, in *Análise Social*, n.º 146-147, 2.º-3.º, 1998, pp. 497-538. Num quadro mais geral ver, por exemplo, ARIÉS, P., e DUBY, G. (dir.): *História da Vida Privada*, t. IV, *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Mrontamento, 1990, pp. 307-312; BANTI, A. M.: *La Formazione di una Borghesia Agraria (Piacenza, 1805-1914)*, Diss. de Doutoramento policopiada, Firenze, I. E. Firenze, 1988, pp. 48 ff; STONE, L., e STONE, J. C. F.: *An Open Elite? England 1540-1880*, Oxford, Clarendon Press, 1984, pp. 270 ff; DAUMARD, A.: *Os Burgueses e a Burguesia na França*, S. Paulo, Livraria Martins Manso, 1992, pp. 108-124, e FONSECA, H. A., e REIS, J.: «José Maria Eugénio de Almeida, um Capitalista da Regeneração», in *Análise Social*, n.º 99, 1987, pp. 871-874.

<sup>19</sup> FONSECA, H. A.: *O Alentejo no Século XIX...*, pp. 129 e 201-205, e MARQUES, P. C.: *op. cit.*, pp. 103 ff.

<sup>20</sup> ALMEIDA, M. A.: *op. cit.*, pp. 77 ff.

tornou mais confortável, com a incorporação de um mobiliário mais diversificado e sofisticado. Além disso aumentou a área e tornou-se mais complexa a estrutura funcional dos espaços destinados à habitação familiar, em correspondência com as novas necessidades mundanas e privadas. A sala de visitas, como local de sociabilidade, e a capela, como espaço de recolhimento, são exemplos de funções tradicionais que se preservaram em sítio próprio. Mas foram criados novos espaços reservados à mundanidade, sendo o mais marcante o salão de baile, e generalizaram-se outros, como lugares de trabalho reservados aos proprietários do espaço doméstico (escritório, a livraria e a sala de costura) ou como espaços específicos destinados à higiene pessoal<sup>21</sup>.

Não é efectivamente pelo modo de habitar que podemos diferenciar radicalmente as componentes sociais da elite económica ebo-rense da segunda metade do século XIX. A moda europeia e particularmente francesa, cuja influencia no país foi destacada na época<sup>22</sup>, deverao ter contribuído para homogeneizar alguns hábitos, introduzindo elementos e práticas comuns na vida familiar. Desde cedo entraram no quotidiano das famílias objectos que se associaram a novos hábitos em difusao na Europa. A presença quase generalizada do piano é um dado adquirido e certamente concordante com a frequência com que os jornais da época publicitam as «soirées» e «récitas familiares» promovidas pela «élite de Évora»<sup>23</sup>. Desde a década de 1840, algumas destas casas possuíam num dos seus salões uma mesa de bilhar, um jogo que fez moda na Europa oitocentista, «atestando uma vida mundana permanente e o luxo que importantes possibilidades financeiras proporcionam»<sup>24</sup>. A cadeira «à Voltaire», a máquina de coser «Singer», a tina com «esquentador» para «banho de chuva», o «serviço de louça inglesa» e, na cozeira, o «chair-a-banc» ou o «Phacton», tornaram-se objectos e equipamentos cada vez mais vulgares entre o grupo e são um sinal claro tanto de riqueza como da modernidade do consumo e de um gosto à escala europeia<sup>25</sup>.

<sup>21</sup> Ver alguns exemplos em FONSECA, H. A.: *Economia e Atitudes Económicas...*, pp. 783-785.

<sup>22</sup> Cf., por exemplo, VOGEL, Ch.: *Le Portugal et ses Colonies, Tableau Politique et Commercial de la Monarchie Portugaise dans son État Actuel*, Avec des Annexes et de notes supplémentaires, Paris, Guillaumin et Cía, 1860, p. VII.

<sup>23</sup> Cf. *Manuelinho de Évora*, 1890, n.º 460, e 1891, n.º 518.

<sup>24</sup> Cf. ARIÈS, P., e DUBY, G. (dirs.): *op. cit.*, pp. 341-343.

<sup>25</sup> Cf. FONSECA, H. A.: *O Alentejo no Século XIX ...*, pp. 216-217.

Um gosto que foi alargado a outras componentes modernas da vida quotidiana. Exemplo disso é a sua rápida adesão à «era (...) do retrato fotográfico», como já foi caracterizado o período de 1839 a 1890, e neste registro fixaram, desde 1847, poses, gostos, hábitos, «espaços» e gestos das personalidades e das famílias, representações que passaram a ter lugar de destaque na composição dos cenários dos principais espaços da habitação em molduras ou no «algum photographico» para a memória comum da família e do grupo <sup>26</sup>.

No final do século, num jornal local, via-se com alguma reserva a notória generalização do luxo «nesta terra», particularmente entre a «classe média, sendo geral a tendência para abandonar o vestuário que era geralmente usado e que tinha tanto de elegante, como de económico». Para esta mudança certamente contribuíram os «figurinos chegados de Paris» que, já em 1862, o *Pharol do Alentejo* punha à disposição das suas leitoras. Atento a ela estavam os comerciantes, como o proprietário da Casa Mricana (Évora, 1886) que, interessado em «satisfazer as exigências da *high lije eborense*», não só encomendou uma colecção de chapéus franceses a uma das «mais conceituadas modistas de Paris» como contratou os serviços de costura de M<sup>U</sup>e Françoise Libré <sup>27</sup>.

Sinais de um estilo de vida similar entre as mais ricas e poderosas casas eborenses detecta-se também nos domicílios secundários e nas práticas de vilegiatura. É um facto que os montes das herdades-sede de lavoura que serviam para moradia nos momentos mais importantes do ciclo agrícola foram também lugares onde, mantendo ou adoptando uma tradição, as famílias passavam temporadas num ambiente de grande comodidade. No entanto, o hábito de «fazer uma temporada no campo», antigo entre as famílias fidalgas, generalizado entre as casas ricas da Europa Oitocentista - «a burguesia pós-se a imitar o modelo aristocrático»- e concretizado em Évora na retirada das «famílias abastadas» para as herdades e as «quintas dos arredores» logo após a principal festa pública da cidade [a feira anual de S.

---

<sup>26</sup> Cf. ROSENBLUM, N.: *A World History of Photography*, Revised Edition, New York, Abbeville Press, 1984, e SENA, A.: *Uma História da Fotografia. Portugal 1839 a 1991*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 17. Ver também *Chronica Eborense*, n.º 7 a 32, 1847; *Guião da Exposição Retratos de Família: Elites Eborenses no século XIX*, Évora, 1996.

<sup>27</sup> Cf. *Pharol do Alentejo*, n.º 22, 1862; *Diário do Alentejo*, n.º 4, 1886; *Diário de Évora*, n.º 299, 1895; *Manuelinho de Évora*, n.º 547, 1891.

João (Junho)], passou a enfrentar a concorrência de outros modelos de vilegiatura, marcadamente oitocentistas e burgueses: os banhos de mar e o termalismo <sup>28</sup>.

A elite alentejana partilhou deste apetite crescente de reservar uma parte do verão às «praias, thermas, digressões e vilegiaturas» e à entrada do nosso século, as «temporadas» anuais de veraneio nas zonas termais (Gerez, Buçaco, Caldas da Rainha, Pedras Salgadas, Cabeço de Vide, Marvão, etc.) e nas praias (Sines, Setúbal, Barreiro, Belém, Estoril, Cascais, Sintra, Ericeira, Peniche, S. Martinho do Porto, Nazaré, Figueira da Foz, Espinho, etc.) eram já uma prática completamente enraizada: «Vai começar o éxodo dos veraneantes. No próximo mês de Agosto preparam-se para fazer a sua estação de praia e termas os nossos amigos e assinantes» noticiava-se na imprensa local de 1903 <sup>29</sup>.

A difusão destes modelos avançou em toda a região. Em Avis, a urbanização dos lavradores traduziu-se na «construção ou reconstrução de grandes casas», no «emburguesamento» destas famílias, que incluiu a rendição ao luxo, ao conforto e à moda europeia (que chegava via Évora, Coimbra, Lisboa ou Paris), ao gosto pelas viagens pelo país e estrangeiro, praias e termas, e implicou o afastamento das mulheres do grupo da sua actividade de lavradoras e a sua adaptação/educação às funções «urbanas» <sup>30</sup>, ou seja à cultura burguesa em expansão, que desenhava a identidade.

Identidade social do grupo que se alicerçou em práticas sociais de distinção. Nelas se incluíram, por exemplo, «os rituais da sociabilidade que passava preponderantemente pelo espaço doméstico»: os bailes, as «soirées», as representações teatrais familiares, os jantares, que eram partilhados com os parentes e amigos, um círculo de relações que envolvia «a sociedade», ou seja «a melhor sociedade» ou a «élite» da cidade, «independentemente da sua origem burguesa ou aristocrática» <sup>31</sup>.

<sup>28</sup> CE. FONSECA, H. A.: *Economia e Atitudes Económicas...*, pp. 360-363; ARIÈS, P., e DUBY, G. (dirs.): *op. cit.*, p. 228, e CHAUSSINAND-NOGARET, G.; CONSTANT, J. M.; DURANDIN, C., e JOUANNA, A.: *op. cit.*, pp. 337-338.

<sup>29</sup> CE. *Manuelinho de Évora*, n.º 516, 1892; *Notícias de Évora*, n.º 855, 1903. Sobre os lugares de veraneio ver também: *Pharol do Alentejo*, n.º de julho a setembro de 1862 a 1864; *Gazeta do Meio Dia*, n.º de julho a setembro de 1864 e 1865; *Manuelinho de Évora*, n.º de julho a setembro de 1880 a 1889.

<sup>30</sup> ALMEIDA, M. A.: *op. cit.*, pp. 79-81.

<sup>31</sup> CE. BERNARDO, M. A. R.: *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na*

Na dimensão pública da sociabilidade burguesa e elitista generalizam-se, nas principais cidades e vilas do Alentejo três espaços fundamentais. Dois deles, eram socialmente mais abertos: o «Passeio» ou «Jardim Público», local de recreio e de fruição cultural diário e livre e destinado às famílias urbanas e burguesas, onde se organizavam programas especiais aos feriados e domingos; e o «Theatro», um espaço de recreio, socializador e difusor de ilustração, de calendário irregular mas pago. Um e outro, integraram o grupo dos novos equipamentos urbanos que trouxeram alguma modernidade europeia às principais urbes alentejanas<sup>32</sup>.

O terceiro espaço era distinto dos anteriores pelo seu carácter reservado, exclusivo, aos membros do grupo e afins. Refiro-me às associações de recreio selectas que se expandiram a partir de meados do século XIX. Adoptaram diversas designações: círculos, clubs, sociedades, etc. Pelo seu pioneirismo regional, destaca-se o Círculo Eborense, um reconhecido «club da elite», fundado em 1836, que serviu de modelo aos congéneres regionais [p. ex.: Círculo Mourense (1853), *Club* ou Sociedade Bejense (1854), Círculo Montemorense (1891)], instituições que tiveram um papel fundamental na construção da identidade e integração (local e nacional) destes grupos «selectos», e que em matéria de recrutamento social fizeram um percurso de crescente elitização na segunda metade do século XIX, facto que forçou a emergencia de novos clubes e sociedades à medida que as elites locais se tornavam socialmente mais complexas<sup>33</sup>. Nesta matéria a

---

*Segunda Metade do Século XIX. O Círculo Eborense*, Trabalho de Síntese PAPCC, Évora, Universidade de Évora, 1992, pp. 8-29. Ver também: *Folha do Sul*, n.º 342, 1867; *Manuelinho d'Evora*, n.º 59, 1882, e n.º 205, 1884. E ainda os dados fornecidos por M. C. MALTA [«O Associativismo Recreativo e Cultural Oitocentista. Análise do Círculo Montemorense (1891)»], in *Almansor Revista de Cultura*, n.º 11, 1993, pp. 231-311] em parte anteriormente recolhidos por BERNARDO, M. A.: *op. cit. supra*.

<sup>32</sup> Cf., por exemplo, TRINDADE, C.: *op. cit.*, pp. 36 ff; FONSECA, H. A., e CARRETEIRO, R.: *A Modernização da Cidade de Évora no Século XIX*. Papers ao XVIII Encontro da APHES (*Urbanismo e Infraestruturas Urbanas*), Lisboa, APHES, 1998. Numa visão geral para outras cidades do país: CASCÃO, R.: «Vida Quotidiana e Sociabilidade», in TORRALBA, J. R., e ROQUE, J. (coords.): *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 517-541.

<sup>33</sup> Cf. BERNARDO, M. A. R.: *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na segunda metade do século XIX. O Círculo Eborense*, Lisboa, Cosmos, 2001, p. 100; MARQUES, P. C.: *As Sociedades Recreativas Bejenses de Meados do Século XIX à Primeira República: Elites e Vida Associativa*, Tese de Mestrado Policopiada, Évora, Universidade de Évora, 1996 pp. 40 ff; TRINDADE, C.: *Elites Locais e Eleições no Cancelha*

generalizada adopção de modelos da sociabilidade da burguesia europeia parece clara <sup>34</sup>.

## Laços de família e a construção de dinastias

A convergência no estilo de vida, reforçava-se num elo social horizontal bastante mais profundo entre estes personagens: os laços de família. A reconstituição dos relações familiares entre os casais maiores contribuintes eborenses mostra que: 2/3 (68 %) dos maiores contribuintes tinham pelo menos outro parente, e metade (47 %) tinha mesmo dois ou mais parentes no topo da elite económica eborense; em 62 % dos casos aquele parentesco era de 1.0 grau, directo ou afim: pais e sogros, filhos, irmãos e cunhados. Algumas famílias ilustram mesmo escolhas matrimoniais estritamente focalizadas nos maiores contribuintes do concelho, da região e do país. Note-se que esta intensidade de parentesco não era invulgar nos grupos de elite na época <sup>35</sup>.

Nos outros estudos realizados as conclusões são similares. Em Moura (1860-1910) a elite política local também estava imbricada numa forte teia familiar - 78 % dos seus membros tinham relações de parentesco com outros indivíduos do mesmo grupo (em 49 % dos casos era parentesco directo)- sugerindo mesmo que «o controlo sobre o poder político local» tornara-se «urna espécie de herança ou património familiar» <sup>36</sup>. Em Avis o reforço da identidade através dos laços de família seguiu o calendário geral das mudanças, e nos

---

*de Moura (1860-1910)*, Tese de Mestrado Policopiada Évora, Universidade de Évora, 1996, pp. 30 ff.

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, FRANÇOIS, E. (ed.): *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850*, Paris, 1986; AGULHON, M.: *Le cerde dans la France bourgeoise 1810-1848. Etude d'une mutation de sociabilité*, Paris, 1977; MERIGGI, M.: «Associazionismo borghese fra '700 e '800. Sonderweg tedesco e caso francese», in *Quaderni Storici*, XXIV, n. 71, 1989, pp. 589-627; BOUTRY, Ph.: «Società "urbana e sociabilità" delle elites nella Roma della Restaurazione: prime considerazioni», in *Cheiron*, V, n.º 9-10, 1988, pp. 58-85.

<sup>35</sup> CE. FONSECA, H. A.: «As Elites Económicas Alentejanas, 1850-1870: Anatomia Social e Empresarial», in *Análise Social*, n.º 136-137, 1996, pp. 726-728. Ver também DAUMARD, A.: *op. cit.*, pp. 162-164, 188-197 e 227-236; PONS, A., e SERNA, J.: *La Ciudad Extensa. La Burguesía Comercial-Financiera en la Valencia de Medios del XIX*, Valencia, Diputació de Valencia, 1992, pp. 185-199.

<sup>36</sup> TRINDADE, C.: *op. cit.*, pp. 40-41.

finais do século estava em curso a fusão matrimonial das «elites urbanas» e a da «elite fundiária», inevitável face acrescente aproximação física e social destes grupos <sup>37</sup>.

De facto, no estabelecimento destas redes de parentesco estiveram, em primeiro lugar, as alianças matrimoniais. Este instrumento chave da reprodução social, desempenhou um papel de relevo na construção da identidade do grupo de elite que se reconstituiu no Alentejo após o triunfo liberal. Através dele aristocratas, lavradores e negociantes comprometeram-se numa teia, complexa e recente, de laços de família que contribuíram para o esbatimento da diversidade das origens, favoreceram a recomposição dos patrimónios e, por isso, foram um vigoroso elemento de integração e coesão social <sup>38</sup>. No entanto esta proximidade de parentesco e de interesses reforçou-se ainda através de outros mecanismos: Carla Trindade mostrou, para Moura, a intensa troca de funções de apadrinhamento no baptismo e casamento entre as famílias da elite política <sup>39</sup>.

Ao mesmo tempo que entre si se estreitavam os laços de família, as novas elites alentejanas partilham de uma outra preocupação comum: a vontade e necessidade de perpetuar ou construir uma memória familiar comum, numa percepção dinástica, que certamente deu maior coesão às famílias e ao grupo. E «el lugar en donde mejor se conjuga el sentido de la propiedad y el sentimiento de cohesión y de clase es en las criptas o panteones que encontramos en los cementerios del siglo XIX» <sup>40</sup>.

No cemitério público de Évora, criado na cerca do Convento de Na Senhora dos Remédios em 1838, a sociedade eborense construiu a sua *cidade dos mortos*, organizando-a «em função de uma ampla alameda que era cruzada por outras três alamedas, estas mais estreitas. Paralelamente à alameda central havia duas ruas secundárias, uma de cada lado, que também atravessavam o cemitério» <sup>41</sup>.

<sup>37</sup> ALMEIDA, M. A.: *op. cit.*, pp. 43-55.

<sup>38</sup> Pode ver-se urna representação gráfica destas relações em FONSECA, H. A.: *O Alentejo no Século XIX...* pp. 478-479.

<sup>39</sup> TRINDADE, C.: *op. cit.*, pp. 42-43.

<sup>40</sup> CE. PONS, A., e SERNA, J.: *op. cit.* p. 144.

<sup>41</sup> CE. CAROLINO, L. M.: *A Cidade dos Mortos, um Espelho da Cidade dos Vivos. Estratégias de Afirmação Social no Cemitério de N. Sr.ª dos Remédios de Évora (1840-1910)* Trabalho Seminário de História Policopiado, Évora, Universidade de Évora, 1994, p. 35.

O modelo de ocupação social do espaço cemiterial em Évora corresponde ao «modelo burguês» da cidade oitocentista, comum aos cemitérios europeus do século XIX<sup>42</sup>. Os espaços que ladeavam as alamedas principais foram comprados, desde 1847, mas com maior incidência nas décadas de 1870 e 1880, pelas casas mais importantes da cidade, para aí edificarem os jazigos familiares. Assim foi também a ocupação dos cemitérios de Portalegre, Moura e Avis<sup>43</sup>. Iguais e em destaque na *cidade dos vivos* e na *cidade dos mortos: o palácio, a casa nobre* e a *casa grande* deram lugar ao *panteão* e ao *mausoléu*) construções mortuárias cujos estilos «remetem para uma raiz artística longínqua» de «inspiração clássica»<sup>44</sup>. Estas posições nos espaços cemiteriais modernos cumpriram funções sociais relevantes: a distinção, na sociedade, a integração, no grupo de elite, a memória das raízes comuns, e a perenidade, da família.

## Educação e aprendizagem profissional

Uma outra dimensão importante do perfil social das elites é a da sua modelação cultural. Mais que inventariar aqui algumas ideias tradicionais e muito populares sobre o assunto –como a ignorância e incultura das elites locais– que dificilmente resistem a verificação histórica, centrar-me-ei apenas em dois tópicos mais específicos: os níveis de educação formal e a formação profissional.

Contrastando com o quadro regional, onde cerca de 88 % (1864) da população era iletrada<sup>45</sup> –«a mais analfabeta das regiões portuguesas» para usar uma expressão de Filomena Mónica<sup>46</sup>–, a elite económica eborense, em meados do século XIX, não só já estava completamente alfabetizada, como a maioria tinha beneficiado da instrução secundária (48 %) ou mesmo obtido uma formação de nível superior (13 %), em particular nos domínios da jurisprudência e medicina (Tabela 2). Igual nível de educação encontramos na elite política

<sup>42</sup> DAUMARD, A.: *op. cit.*, pp. 112-113; PONS, A., e SERNA, J.: *op. cit.*) p. 146.

<sup>43</sup> CE. TRINDADE, C.: *op. cit.*) pp. 43-44; ALMEIDA, M. A.: *op. cit.*) p. 89.

<sup>44</sup> CE. CAROLINO, L. M.: *op. cit.*) p. 48.

<sup>45</sup> CE. GAMEIRO, F. L.: *Ensino e Educação no Alentejo Oitocentista*, Tese de Mestrado Polic., Lisboa, FCSH-UNL, 1995, p. 4.

<sup>46</sup> CE. MÓNICA, M. F.: «Nota Introdutória», in *Colóquio/Educação e Sociedade*, n.º 2, 1992, pp. 1-11.

**TABELA2**  
**Níveis de Educação Formal da Elite Económica Eborense (1855)**  
**(em percentagem)**

Maiores contribuintes (a)	N.o	Níveis de escolarização		
		Primária	Secundária (e)	Superior
Ariastocratas	16,4	-	15,0	1,4
Lavradores	52,2	26,8	25,4	-
Negociantes e logistas	15,0	9,0	6,0	-
Outros (b)	16,4	3,0	1,4	12,0
TOTAL	67,0	38,8	47,8	13,4

(a) Inclui todos os maiores contribuintes laicos arralados entre 1850 e 1870 que, em 1855, estavam vivos, eram maiores de idade e integraram a Sociedade Agrícola do Distrito de Évora.

(b) Inclui: membras das profissões liberais (4 bachareis em Direito e 4 em Medicina), 2 proprietários com instrução primária e um funcionário público, filho de negociante, com instrução secundária.

(e) Em 77 % dos casos tratava-se, seguramente, ainda do antigo «ensino médio» onde pontificava o Gramática latina.

Fonte: FONSECA, H. A.: *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*, 2 vols., Diss. de doutoramento policopiada, Universidade de Évora, 1992, pp. 772-773.

de Arraiolos de finais do século, destacando-se o peso da educação secundária, liceal e técnica<sup>47</sup>. Isto significa que na preparação das suas carreiras, os progenitores, tanto dos meios aristocráticos como burgueses, investiram na educação formal prolongada dos filhos.

O peso dos bacharéis e licenciados parece ser ainda maior em contextos urbanos mais pequenos. Na vila de Moura, entre a elite política local, 47 % tinham a escolaridade elementar, 25 % o curso secundário, e 28 % um curso superior, nomeadamente licenciados em Direito por Coimbra, e médicos e agrónomos formados nas novas escolas superiores lisboetas<sup>48</sup>. Também em Avis, de finais do século XIX, se destacava, entre a «elite urbana», um grupo de advogados, médicos, farmacéuticos e professores, gente credenciada com estudos prolongados, validados por instituições de ensino superior, originários de famílias da «elite fundiária» mas também filhos de «pequenos

<sup>47</sup> CARLA FAUSTINO: *op. cit.*) pp. 82-83.

<sup>48</sup> C.E. CARLA TRINDADE, C.: *op. cit.*) pp. 27-28.

proprietários e rendeiros da região». Aliás, o estudo de Maria Antónia de Almeida, que vimos a seguir, mostra uma preocupação geral das elites de Avis com a educação formal dos filhos, aos quais proporcionaram generalizadamente educação elementar (nas escolas públicas da vila ou através da contratação de mestres e mestras particulares que viviam com a família nas explorações agrícolas), e a alguns dos rapazes o acesso à educação secundária (Lisboa, Portalegre, Évora, Porto e Coimbra) e superior (Lisboa e Coimbra). Contudo os destinados à sucessão na lavoura tinham uma escolaridade formal mais curta e desde cedo começavam a receber os ensinamentos familiares em matéria de administração fundiária e agrícola. Só nas primeiras décadas do século xx, com a urbanização dos lavradores, se acentuou o interesse das famílias em proporcionar aos filhos e filhas uma escolaridade mais prolongada. Neste contexto quase todas as famílias da elite de Avis tiveram membros que tiraram cursos superiores<sup>49</sup>.

Atendendo às condições gerais do ensino formal em Portugal até meados do século xix<sup>50</sup>, não parece merecer qualquer dúvida que o grupo em análise, no seu conjunto, possuía um capital escolar que favorecia a sua superioridade social e a notabilidade, acompanhando assim os seus congéneres europeus<sup>51</sup>. E, atendendo à natureza da oferta de ensino público e privado existente no país, é difícil admitir que, ao nível da educação formal, a primeira geração empresarial da *pax* liberal tivesse necessidade ou oportunidade de ir mais longe para abraçar uma carreira de negociante, de industrial ou de «proprietário e lavrador», na «acção de chefes directores de qualquer empresa agrícola», como já era entendida na época<sup>52</sup>.

Na verdade a elite económica eborense tinha um nível médio de instrução formal que não os afastava dos perfis que tem sido

---

<sup>49</sup> CE. ALMEIDA, M. A: *op. cit.*) pp. 62 ff.

<sup>50</sup> CE. CARVALHO, R: *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, FCG, 1996; VALENTE, V. P.: *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, GIS, 1973, YSERRAO, J.: «Elementos para o estudo da instrução pública em Portugal, cerca de 1870», in *Labor*, ano XV, n.º 133, 1951, pp. 175-188.

<sup>51</sup> CE. GUILLEMIN, A: «Aristocrates, Propriétaires et Diplomés. La lutte pour le Pouvoir Local dans le Département de la Manche: 1830-1875», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 42, 1982, pp. 34-37, Y DAUMARD, A: *op. cit.*) pp. 164-168.

<sup>52</sup> CE. FIGUEIREDO, M. A: *Estudos de Agricultura*, Coimbra, Imprensa Literária, 1861, pp. 10 e 27, y MARQUES, R: «O Ensino Agrícola Elementar», in *Lavoura Portuguesa*, n.º 74, Lisboa, 1959, pp. 3-5.

traçados para alguns grupos empresariais da época. De facto, eles estavam numa situação similar à que os industriais portugueses e europeus apresentavam no último quartel do século XIX<sup>53</sup>. Fique ainda dito que, neste campo, os lavradores preenchiam as condições atribuídas aos agricultores abertos à inovação: «They tend to have a high social status in their community and are well educated»<sup>54</sup>.

Também não merece dúvidas que, no século XIX, com a complexificação da administração política e pública decorrente das novas instituições liberais, a educação formal prolongada tornou-se um atributo muito importante para as carreiras e o acesso a posições de relevo nas hierarquias política e administrativa, mesmo no plano local. A presença de 10 licenciados em Direito entre a elite política num pequeno concelho alentejano como o de Moura confirma esse facto e mostra também a profundidade da Universidade de Coimbra como escola de administradores e governantes nacionais<sup>55</sup>.

Em todo o caso não foi nas escolas públicas ou privadas que a elite económica regional adquiriu a sua cultura empresarial. De facto, era em casa, no seio familiar, onde desde cedo se traçava e preparava o seu destino profissional. Nos inventários orfanológicos rasteiam-se testemunhos dos processos de transmissão dos saberes de direcção e gerência dos interesses familiares.

Nos meios da lavoura eborense a preparação para a carreira profissional corria em paralelo com a alfabetização. Em 1862, por óbito do progenitor —João José Rosado de Carvalho, que deixou um património fundiário e agrícola avaliado em mais de 44.000\$000 de réis— o destino do único filho, José Joaquim Rosado Perdigoal, com dois anos de idade, ficava assim definido: «descendendo de lavradores n'esta provincia, os quais também descenderam doutros que sempre, por si e por seus antepassados se dedicarao a uma tão útil profissao,

<sup>53</sup> CE. MÓNICA, M. F.: «Capitalistas e Industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, n.º 99, 1987, p. 847, e KÄELBLE, H.: «Long-Term Changes in the Recruitment of the Business Elite: Germany compared to the US, Great Britain, And France since the Industrial Revolution», in *Journal O/Social History*, n.º 13, 1980, p. 407.

<sup>54</sup> CE. GRIGG, D.: *The Dynamics O/Agricultural Change. The Hútorical Experience*, London, Hushinson, 1982, p. 155.

<sup>55</sup> CE. CARLA TRINDADE: *op. cit.*) pp. 27-28. Sobre a importancia da Universidade de Coimbra na formação da elite política e burocrática portuguesa no século XIX ver ALMEIDA, P. T.: *A construção do Estado Liberal: Elite Política e Burocracia na «Regeneração» (1851-1890)*, Diss. de Doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 1995.

(o menor) Vira com muita probabilidade a exercer a mesma pois que esta é a marcha regularmente seguida (...), donde não convém vender os bens de lavoura que lhe foram adjudicados » pois no futuro teria que «dispender avultadas somas (...), dificultando-se por esta forma seguir a carreira de seus antepassados e obter os bons resultados que os mesmos obtiveram». E os mapas das contas apresentadas em Juízo dos Orfaos pelo tio-padrasto-tutor não deixam de registar despesas com o «alimento e educação» da criança, ou seja, «vestido e calçado» e «um tratamento e educação de decência igual às suas pessoas, tendo na cidade de Évora a instrução nos princípios de ler, escrever e contar não só para ser um bom lavrador mas para ser um bom cidadão e útil à sociedade» 56.

E não era fácil mudar este percurso tão cedo traçado pelos interesses familiares. O negociante Manuel Eduardo de Oliveira Soares, como inventariante e cabeça de casal no processo de partilhas por morte do sogro, o lavrador João Piteira Vidigal (1860), admitira a hipótese de venda do trem de lavoura da casa, atendendo à menoridade da descendência. O conselho de família, composto essencialmente por familiares ligados aos meios da lavoura, recusou tal solução com o argumento de que os herdeiros eram «filhos e netos de lavradores» e a «sua criação e educação tem sido, e ainda hoje seu tráfico é, nesta ordem de vida» 57.

A aprendizagem precoce do exercício da lavoura permitia assegurar a transmissão e assunção de responsabilidades perante contingências impostas pela ruptura dos ciclos de vida. A morte do lavrador José Ramalho Galego (1846) e de Joana Rosa Ramalho Dinis Perdigão (1847), deixou orfão, com 16 anos de idade, José Maria Ramalho Dinis Perdigão. O Juíz dos Orfaos atribuiu a responsabilidade da tutela e administração desta grande casa (património avaliado em cerca de 100.000\$000 de réis) ao avô materno, Januário Dinis Perdigão, que, em 1849, declarou não estar em condições de prestar contas ao Tribunal porque «de cousa alguma tomou conta por julgar (o seu tutelado) capaz de bem administrar as suas legítimas». O jovem herdeiro, apesar de não dispor de «uma vasta ilustração literária», tendo adquirido apenas a instrução primária, tornou-se, pelo

---

56 Cf. Arquivo Distrital de Évora: Núcleo Judicial: Inventários Orfanológicos da Comarca de Évora: *Maços* 68,76 e 93: *Processos* 1262,1398 e 1716.

57 Cf. Arquivo Distrital de Évora: Núcleo Judicial: Inventários Orfanológicos da Comarca de Évora: *Maço* 86: *Processo* 1583.

seu êxito, arrojo e espírito inovador numa das figuras lendárias («o Ramalho de Évora») dos meios empresariais alentejanos e uma das mais importantes do mundo empresarial português na segunda metade do século XIX, ao lado de personalidades como José Maria Eugénio de Almeida, José Maria dos Santos e Flamiano Anjos, todos eles, aliás, com padrões educativos distintos<sup>58</sup>.

Uma aprendizagem similar ocorria nos meios mercantis. Em 1834, Francisco Lopes, negociante da praça de Évora, chamou o sobrinho José António de Oliveira Soares, com 27 anos e natural de Oliveira de Azeméis, dando-lhe sociedade em firma comercial. O primeiro assumiu a posição de «capitalista». O segundo, que fez uma entrada em dinheiro meramente simbólica (137 mil reis) ficou como «sócio gerente». Partilharam o negócio e a habitação e, três anos depois, José António casava com Ana Silveira Machado, filha do capitão e lavrador Joaquim de Sant'Ana Machado (Portel), de cujo matrimónio nasceu Manuel Eduardo de Oliveira Soares, acima referenciado como parte interessada na partilha de uma casa de lavoura a que se ligou pelo casamento. Em 1854, José António, já no estado de viúvo, faleceu sem que entre os sócios «houvesse escritura pública». O processo de transmissão da herança passou pela formalização da sociedade comercial. Na proposta judicial, António Lopes, padrinho de baptismo e tutor nomeado por testamento de Manuel Eduardo, alegou que o menor estava «próximo de fazer os 18 anos de idade, na qual o Código Comercial o considera habilitado para ser havido por maior *neste género de vida que desde cedo insetara* (...)»<sup>59</sup>.

A maioria dos membros do grupo teve uma formação empresarial nas áreas da lavoura e negócio, através do treino e da transmissão da experiência familiar. Com acrescente imbricação social destes

---

<sup>58</sup> CE. Arquivo Distrital de Évora: Núcleo Judicial: Inventários Orfanológicos da Comarca de Évora: *Maço 70: Processo 1293*. Ver também Manuelinho d'Évora, Évora, 1884, Suplemento do n.º 162; Progresso do Alentejo, Évora, n.º 35, 1884; Sul, Évora, n.º 316, 1884; Comércio e Indústria, Lisboa, n.º 98, 1887; FUNSECA, H. A.: *O Alentejo no Século XIX...*, pp. 360-361; FUNSECA, H. A. e REIS, J.: «José Maria Eugénio de Almeida, um Capitalista da Regeneração», in *Análise Social*, n.º 99, 1987, pp. 865-904; MARTINS, C. A.: «Opções Económicas e Influência Política de uma família burguesa oitocentista: o caso S. Romão/José Maria dos Santos» in *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, pp. 367-404.

<sup>59</sup> CE. Arquivo Distrital de Évora: Arquivo Distrital de Évora: Núcleo Judicial: Inventários Orfanológicos da Comarca de Évora: *Maço 77: Processo 1413* (sublinhado nosso).

dois grupos, através da comunhão de interesses sociais e da criação de laços de parentesco, as duas tradições profissionais – do negócio e da agricultura – tenderam também a mesclar-se numa outra cultura empresarial mais profunda (um novo tipo de patronato) onde se reuniram «saberes comerciais e financeiros» (encontrar parceiros, estabelecer contabilidades, financiar operações, praticar pagamentos internacionais, análise de mercados, gestão de stocks) e competências de «chefe de empresa» (p. ex., o domínio de técnicas de produção, do recrutamento e gestão de mão de obra numerosa, da contratualização e da experiência da diversificação produtiva) que moldaram o padrão moderno de Oitocentos <sup>60</sup>. No Alentejo, esta fusão de saberes, traduziu-se e resultou em práticas económicas concretas marcadas pela diversidade dos investimentos e um profundo envolvimento na oportunidades de negócio regionais, matéria que tratamos noutros textos <sup>61</sup>.

Em todo o caso, é necessário referir a presença de outra cultura económica, centrada na «administração da casa» e ligada aos meios aristocráticos. Ao mesmo tempo deve realçar-se o papel desempenhado pela leitura, como importante instrumento da educação informal. A presença nestas casas de bibliotecas de constituição antiga (aristocratas) ou recente, pode ser interpretado como «un signe distinctif qui entraînait l'honneur et la distinction sociale; elle ne fut pas seulement la manifestation visible de la culture, mais aussi du rang» <sup>62</sup>, mas, a análise do conteúdo destas «livrarias» particulares confirma também a sua função utilitária na educação geral, cívica e empresarial dos seus proprietários <sup>63</sup>.

## A acção pública

No desenho do perfil social deste grupo, o último tópico serve para caracterizar o seu papel na esfera pública. Com este tópico

<sup>60</sup> Sobre o assunto ver, por exemplo, VERLEY, P.: *Entreprises et Entrepreneurs du XVIIIe siècle au début du xx<sup>e</sup> Siècle*, Paris, Hachette, 1994, pp. 3 ff.

<sup>61</sup> Ver numa visão sintética sobre o assunto FONSECA, H. A.: «Elites Agrárias e Crescimento Económico Na Periferia Portuguesa: O Exemplo do Alentejo na Era Liberal (1850-1910)», in *Análise Social*, n.º 146-147, 2.<sup>o</sup>-3.<sup>o</sup>, 1998, pp. 497-538.

<sup>62</sup> CE. CHAUSSINAND-NOGARET, G.; CONSTANT, J. M.; DURANDIN, C., e JOUANNA, A.: *op. cit.*) p. 305.

<sup>63</sup> CE. FONSECA, H. A.: «As Elites Económicas Alentejanas, 1850-1870: Anatomia Social e Empresarial», in *Análise Social*, n.º 136-137, 1996, p. 734.

pretendemos destacar o facto de, durante a Monarquia Liberal, a elite «censitária» alentejana ter preenchido esta dimensão da sua actividade com uma acção que se inscreve na gramática da cultura burguesa em expansão na Europa do Século XIX, no que se refere às responsabilidades sociais e cívicas <sup>64</sup>.

Na verdade, na esfera pública, a sua intervenção estendeu-se a diversas áreas: a filantropia e caridade (Casas Pias, Misericórdias, hospitais, albergues, alimentação dos pobres, auxílio aos expostos, asilos e creches, escolas, comissões de socorros a vítimas e acidentados, construção de bairros operários, políticas sociais de emprego, etc.); a presença em, e o apoio prestado a, diversos tipos de associações recreativas e culturais (grupos de teatro e filarmónicas, bibliotecas, imprensa regional); a presença e promoção de organizações promotoras dos melhoramentos materiais (Celeiros Comuns e Bancos Rurais, Montepios de lavradores, Sociedades Agrícolas, etc.); participação nacional e promoção regional de organizações em defesa dos interesses do patronato (associações e sindicatos patronais); e finalmente, a sua acção destacou-se ainda na intervenção empenhada no exercício de responsabilidades ao nível cívico, expressa fundamentalmente no exercício de cargos políticos e administrativos locais e regionais, sendo ainda um alfofre natural da elite política nacional <sup>65</sup>.

Em todas elas a sua presença se não foi exclusiva foi dominante até ao final de Úitocentos. A actividade política ilustra bem este facto. Consolidado o triunfo liberal (1834), a vida política e a administração regional passou a ser controlada pela «aristocracia censitária», para adoptar a taxionomia de Chaussinand-Nogaret <sup>66</sup>. Em

---

<sup>64</sup> KOCKA, J., e MITCHELL, A (eds.): *Bourgeois Society in Nineteenth-Century Europe*, Oxford-Providence, Berg Publ., 1993, pp. 3-30.

<sup>65</sup> CE. MARQUES, P.: *op. cit.*, pp. 67-69 e 84; FONSECA, H. A., e GAMEIRO, F. L.: «Carvalho, José Perdigão Rosado de», *Dicionário Biográfico de Parlamentares (1834-1910)*, Porto, Mrontamento, 2001 (prelo); GAMEIRO, M. I.: *Recolher, Educar e Instruir. A Casa Pia de Évora (1836-1910)*, Diss. de Mestrado, Lisboa, FCSH-UNL, 2000; BAIÓIA, M., e FERNANDES, P. S.: «Elites agrárias e acção pública: o Alentejo entre 1800 e 1930», in *Ler História*, n.º 40, 2001, pp. 167-177, e VENTURA, A.: «A Fundação da Associação Comercial e Industrial de Portalegre», in *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 5, 1982, pp. 36-38. Sobre a acção deste grupo através de associações de interesse ver um contexto concreto dessa intervenção em: REIS, J.: «A "Lei a Fome": as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914)», in *Análise Social*, n.º 60, 1979, pp. 745-793.

<sup>66</sup> CE. CHAUSSINAND-NOGARET, G.; CONSTANT, J. M.; DURANDIN, C., e JOUAN. NA, A.: *op. cit.*, p. 288.

Évora, a simbólica «capital da região», a ligação densa da elite económica ao exercício de cargos administrativos e políticos concelhios e regionais, permite identificá-los também como notáveis locais, alguns deles poderosos «influentes» e «caciques», adequando-se-lhes perfeitamente o perfil traçado como «políticos amadores», detentores de rendimentos pessoais elevados e de tempo de lazer, que, «investidos do direito e do dever de assumir a gestão dos negócios públicos» e a troco de uma remuneração essencialmente honorífica, marcaram a vida política da Europa oitocentista à escala regional <sup>67</sup>.

Neste plano, alargado às principais cidades e vilas da região, ocupavam posições nas juntas de paróquia, de vereadores, conselheiros e administradores municipais, como procuradores e conselheiros distritais, de comissários ou vogais nos recenseamentos, nas juntas de repartição dos impostos, nas comissões de obras públicas, etc., e, por vezes era no seu seio que o governo recrutava a principal autoridade regional (os governadores civis do distrito). No exercício deste tipo de responsabilidades, o seu campo de acção não se esgotou na esfera local e regional: de facto alguns deles disputaram posições políticas nacionais e sentaram-se nas Câmaras de Deputados e dos Pares do Reino e chegaram à direcção de alguns órgãos de regulação e coordenação económica nacional (p. ex., o importante Mercado central de Produtos Agrícolas) <sup>68</sup>.

## Conclusão

Nas décadas que se seguiram ao triunfo liberal, constituiu-se no Alentejo *uma nova elite*, fundada no censo e na capacidade literária, em cuja composição participaram personagens e famílias cujas experiências no plano pessoal, familiar, social e empresarial eram dife-

<sup>67</sup> Cf., por exemplo, GUILLEMIN, A: *op. cit.*, pp. 33-35; DAUMARD, A: *op. cit.*, pp. 251-263; KOCKA, J., e MITCHELL, A (eds.): *op. cit.*, p. 7; WEBER, M.: *Économie et Société*, Paris, Plan., 1971, p. 298, e THOMPSON, F. M. L. (ed.): *The Cambridge Social History of Britain 1750-1950*, vol. III, Cambridge, Cambridge UP, 1993, pp. 33-40.

<sup>68</sup> Cf. FONSECA, H. A: «As Elites Económicas Alentejanas, 1850-1870: Anatomia Social e Empresarial», in *Análise Social*, n.º 136-137, 1996, p. 737; TRINDADE, C.: *op. cit.*, pp. 45-88; MARQUES, P.: *op. cit.* pp. 67-69 e 88 ff, e FAUSTINO, C.: *op. cit.* Ver também BAIÓIA, M., e FERNANDES, P. S.: *op. cit.* Sobre manifestações concretas de práticas caciquis ver TRINDADE, C.: *op. cit.*, pp. 52-88.

rentes. Neste sentido, era uma elite plural: na sua origem estiveram tanto uma boa parte da aristocracia e dos grandes proprietários e lavradores cujas famílias tinham já um forte enraizamento local, como gente originária dos meios de negócio, parcialmente exógena, proveniente do norte do país e com uma presença bastante recente na região.

Este grupo não se distinguiu apenas pelos elevados níveis de riqueza acumulada, pelo protagonismo económico que teve e pelo controle que exerceu sobre a terra. Apesar das diferenças na origem e nas tradições culturais familiares, no plano sociológico tornou-se, indiscutivelmente, um grupo solidário e coeso, pela similitude do estilo de vida que tendeu a adoptar, pelos espaços de sociabilidade privada que instituiu e partilhou, e pela teia de parentescos em que se consolidou. No plano político, disfrutou da notabilidade inerente à acção directa que desenvolveu na vida política local, que liderou, e foi ainda uma fonte de recrutamento da elite política nacional. Construiu uma identidade que permitiu reconhecer-se a si próprio e ser reconhecido pelos outros como um grupo distinto e dirigente do conjunto da sociedade local: em suma uma elite como a definiu Marian Beth<sup>69</sup>.

Na óptica do recrutamento social de grupo, destacaria três aspectos. O primeiro é a presença expressiva de uma componente com uma origem claramente aristocrática, ou seja, descende das elites locais do Antigo Regime: o património que herdaram, basicamente constituído em bens imobiliários, predominantemente fundiários, manteve-os no topo da «sociedade censitária» que o liberalismo construiu. O mesmo pode dizer-se das grandes casas com tradição agrária.

O segundo aspecto tem a ver com o padrão de recrutamento geográfico e as trajetórias protagonizadas pelos «homens de negócio». Pelo menos cerca de 60 % não tinham uma tradição familiar local. As suas raízes estavam nas Beiras, no Porto e no Minho. Isto significa que, pelo menos desde o final do Antigo Regime, o fluxo de «gente do Norte» para a principal região latifundiária do país não ocorreu apenas ao nível dos trabalhadores rurais<sup>70</sup>, estendendo-se a outros universos sociais. No caso de alguns negociantes eborenses, a fixação no principal centro mercantil do Alentejo passou pelo menos

---

<sup>69</sup> BETH, M.: «The Elite and the Elites», *American Journal of Sociology*, vol. 47-45, 1942, pp. 746-755.

<sup>70</sup> SILBERT, A.: *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime: XVIIIe début XIXe Siècle. Contribution à l'Histoire Agricole Comparée*, Lisboa, INIC, 1978, pp. 831-833.

pela praça de Lisboa (e mesmo pelo Brasil) e parece apoiada numa rede de parentescos e afinidades, características similares às detetadas no corpo de negociantes de outras cidades do sul do país<sup>71</sup>.

Os que se instalaram em Évora, como comerciantes, lojistas e «homens de negócio» fizeram-no nos finais do século XVIII -primeira metade do século XIX, e associando o comércio (de mercadorias e de terra), a indústria e a agricultura, estes personagens foram enriquecendo e, com o liberalismo, eles ou os seus imediatos sucessores, acabaram por integrar a *aristocracia censitária* local. Alguns deles, apenas numa ou duas gerações, procederam a uma transferência dos seus interesses principais para o mundo agrário (terra e agricultura). Apesar do desconhecimento que temos das suas raízes sociais nortenhas, este percurso parece decorrer de uma estratégia de mobilidade ascendente baseada na territorialização, no enraizamento fundiário e na integração social através do casamento e do apadrinhamento, factores decisivos de sucesso<sup>72</sup>. Note-se que, entre 1788 e 1830, nenhum negociante ocupou cargos tão prestigiados como o de vereador ou procurador na Camara de Évora, lugar que foi reservado a meia dúzia de famílias de «poderosos» proprietários, lavradores e magistrados locais, apesar de já existirem na cidade «homens de negócio» possuidores de grandes fortunas<sup>73</sup>.

Estes percursos lançam alguma luz sobre dois aspectos relevantes. O primeiro tem a ver com a tese clássica da recomposição das classes dominantes no Alentejo com o impacto do Liberalismo: a substituição dos «velhos senhores» (a aristocracia tradicional) pelos «novos senhores», os arrivistas recrutados num mundo de administradores e feitores senhoriais que, aproveitando a oportunidade da desamortização, ascenderam ao topo da «burguesia agrária» regional<sup>74</sup>. Os exemplos

<sup>71</sup> CE. PEDREIRA, J. M.: *op. cit.*, p. 425.

<sup>72</sup> DAUMARD, A.: *op. cit.*, p. 149.

<sup>73</sup> João dos Reis Guimaraes e o seu gema e único sucessor, ambos originários do norte, são um exemplo. Quando este último morreu, em 1841, com 60 anos, deixou uma fortuna avaliada em mais de 116 cantos de réis, na maior representada por bens imáveis (77 %) e agrícolas (12 %), mas o inventário revela um passado de negociante que incluía um estabelecimento em Évora e uma sociedade comercial com o irmão Joaquim Manuel, estabelecido em Lisboa, e uma rede de comércio de géneros agrícolas que se estendia a todo o sul do país. CE. FONSECA, H. A.: *Economia e Atitudes Económicas...* p. 395, e FONSECA, H. A.: «Sociedade e Elites Alentejanas no Século XIX», in *Economia e Sociologia*, n.045-46, Évora, 1988, pp. 46-67.

<sup>74</sup> CE. RIBEIRO, O.: *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo. Notícia e Comentário de uma obra de Albert Silbert*, Lisboa, 1970, pp. 146-147.

já estudados não confirmam nem o dramatismo do primeiro destino histórico nem a linearidade triunfante da segunda trajectória. A recomposição das elites fez-se com base num recrutamento plural, que ficou longe de excluir as famílias da velha aristocracia local e se estendeu ao mundo agrário, dos negócios, das profissões liberais e dos funcionários públicos. Nas trajectórias reconstituídas os exemplos de mobilidade social ascendente íngreme e fulgurante, apoiadas exclusivamente no mérito pessoal, são absolutamente marginais, o que não é surpreendente pois foi o que aconteceu com grupos sociais similares de outros países da Europa <sup>75</sup>.

Mas é seguramente uma nova elite por mais razões que não apenas a da composição sócio-profissional. Destacaria pelo menos mais duas, de natureza cultural. Em primeiro lugar, o facto de este grupo estar associado ao novo tecido empresarial alentejano que se constituiu a partir de meados do século XIX resultante da crescente amálgama social dos protagonistas da «terra», da «lavoura» e do «negócio», através da partilha de laços de família, das experiências e dos interesses materiais, e das culturas económicas. Um dado que ajuda a compreender a versatilidade da sua acção empresarial ao longo da segunda metade de Oitocentos <sup>76</sup>. Este elemento pode integrar-se mesmo num complexo cultural mais largo. Na verdade, os dados não sugerem uma intensa propensão rentista, cortesa e perdulária, pelo contrário parecem indiciar que o que neste período caracterizou a elite económica regional foi a valorização do trabalho, da educação e da família, a propensão para a vida urbana, acompanhada da adopção de novas formas e o fomento de novos espaços de sociabilidade, a participação em circuitos sociais mais alargados, de âmbito nacional e internacional, o amplo envolvimento em actividades públicas locais, diversificadas, individuais e de grupo, religiosas mas também laicas, elementos que afastam estes grupos da sociedade aristocrática e aproximam-nos claramente da sociedade

---

<sup>75</sup> Ver, por exemplo, KAEUBLE, H.: *Social Mobility in the 19th and 20th centuries. Europe and America in Comparative Perspective*, Heidelberg-Dover, Berg Publ., 1985, e *Vers une Société Européenne. Une Histoire Sociale de l'Europe 1880-1980*, Belin, 1988; JEREMY, D. J.: «Anatomy of the British Business Elite, 1860-1980», in *Business History*, vol. XXVI-1, 1984, pp. 3-23.

<sup>76</sup> Sobre a acção económica deste grupo entre 1850 e 1910 ver uma síntese em FONSECA, H. A.: «Elites Agrárias e Crescimento Económico na Periferia Portuguesa: O Exemplo do Alentejo na Era Liberal (1850-1910)», in *Análise Social*, n.º 146-147, 2.º-3.º, 1998, pp. 497-538.

e cultura burguesas, cujo avanço foi notório no Alentejo e no país mesmo que impregnada de elementos e interesses agrários<sup>77</sup>. Parece-me ser este aliás o sentido mais profundo do registo que um alto funcionário regional deixou expresso nas vésperas da implantação da República sobre a elite económica regional ao criticar a sua dispersão empresarial e cívica pois queria, ao mesmo tempo, «ser Dombasle e Bakevel, Rud-Saack e Jonas Veb, especialista em culturas e em gados; negociante e silvicultor, cidadão e lavrador, gastando n'essa fabulosa luta, muitos dos seus mais sagrados esforços, quando já deveria aproveitar as vantagens da especialização (...)><sup>78</sup>.

### Bibliografia citada

- AGULHON, M.: *Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848. Etude d'une mutation de sociabilité*, Paris, 1977.
- ALMEIDA, M. A.: *Elites sociais locais alentejanas. Continuidades e mudança. Avis) 1886-1941*, Diss. de Mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1996.
- ALMEIDA, P. T.: *A construção do Estado Liberal: Elite Política e Burocracia na «Regeneração» (1851-1890)*, Diss. de Doutoramento policopiada, Lisboa, FCSH-UNL, 1995.
- ARIÉS, P., e DUBY, G. (dir.): *História da Vida Privada* t. IV, *Da Revolução à Grande Guerra*, Porto, Mrontamento, 1990 (ed. orig. 1987).
- BAIÓA, M. L.: *Elites Políticas em Évora da 1.ª República à Ditadura Militar (1925-1926)* Lisboa, Cosmos, 2000.
- BAIÓA, M., e FERNANDES, P. S.: «Elites agrárias e acção pública: o Alentejo entre 1800 e 1930», in *Ler História* núm. 4, 2001, pp. 167-177.
- BANTI, A. M.: *La Formazione di una Borghesia Agraria (Piacenza) 1805-1914*, Diss. de Doutoramento policopiada, Firenze, I. E. Firenze, 1988.
- BERNARDO, M. A. R.: *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na Segunda Metade do Século XIX. O Círculo Eborense*, Trabalho de Síntese PAPCC, Évora, Universidade de Évora, 1992.
- *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na segunda metade do século XIX. O Círculo Eborense*, Lisboa, Cosmos, 2001.

<sup>77</sup> Sobre manifestações da cultura burguesa em Portugal no século XIX, ver, por exemplo, MARIA CRUZ, A.: «Aspectos da Cultura Burguesa Oitocentista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999, pp. 257-288, e CASCÃO, R.: *Figueira da Foz e Buarcos 1861-1910. Permanência e Mudança em duas comunidades do Litoral*, Figueira da Foz, Minerva, 1999, pp. 565 ff.

<sup>78</sup> Cf. Romão do Patrodnio Ramalho, *Relatório da Exposição Pecário-Agrícola realizada em Évora em Mazó de 1903*, Évora, 1908, p. 22.

- BETH, M.: «The Elite and the Elites», *American Journal of Sociology*, vol. 47-5, 1942, pp. 746-755.
- BOUTRY, Ph.: «Società "urbana e sociabilità" delle élites nella Roma della Restaurazione: prime considerazioni», in *Cheiron*, V, n.º 9-10, 1988, pp. 58-85.
- CAROLINO, L. M.: *A Cidade dos Mortos} um Espelho da Cidade dos Vivos. Estratégias de Afirmação Social no Cemitério de N. Sr.ª dos Remédzós de Évora (1840-1910)*; Trabalho Seminário de História policopiado, Évora, Universidade de Évora, 1994.
- CARVALHO, R.: *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, FCG, 1996.
- CASCÃO, R. A.: *Permanência e Mudança em duas comunidades do litoral. Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, 2 vols., Diss. de Doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1989.
- *Figueira da Foz e Buarcos 1861-1910. Permanência e Mudança em duas comunidades do Litoral*, Figueira da Foz, Minerva, 1999.
- CHAUSSINAND-NOGARET, G.; CONSTANT, J. M.; DURANDIN, C., et JOUANA, A.: *Histoire des Élités en France du xVIème au xxème Siècle*, Paris, Pluriel, 1991.
- COELHO, M. H. C., e MAGALHÃES, J. R.: *O Poder Concelhio: das Origens às Cortes Constituintes*, Coimbra, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.
- CRUZ, A.: «Aspectos da Cultura Burguesa Oitocentista», in *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999, pp. 257-288.
- CUSTÓDIO, J.: «Sistemas de Lavra na Mina de S. Domingos (1854-1966)», in REGO, M. (coord.): *Mineração no Baixo Alentejo*, Castro Verde, C. M. Castro Verde, 1996, pp. 174-185.
- DAUMARD, A.: *Les Bourgeois de Paris au XIXe Siècle*, Paris, Flammarion, 1970.
- *Os Burgueses e a Burguesia na França*, S. Paulo, Livraria Martins Monso, 1992.
- DIAS, M. F. S.: *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica: a Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*} 2 vols., Diss. de doutoramento policopiada, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993.
- Uma estratégia de sucesso numa economia periférica: a Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura e ed. Éter, 1996.
- ESPANCA, T.: «Subsídios para a História Contemporânea da Cidade. O Teatro Garcia de Resende», in *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, n.º 65-66, Évora, 1983, pp. 211-246.
- FAUSTINO, C. F.: *A Elite Política no Concelho de Arraiolos (1890-1918)*} Tese de Mestrado Policopiada, Lisboa, Instituto de Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1996.

- FERNANDES, P. S.: *Elites e Finanças Municipais em Montemor-O-Novo: Do Antigo Regime à Regeneração*, Montemor-O-Novo, C. Municipal de Montemor-o-Novo, 2000.
- FIGUEIREDO, M. A.: *Estudos de Agricultura*, Coimbra, Imprensa Literária, 1861.
- FONSECA, H. A.: *Um Empresário e uma Empresa Agrícola na 1.ª Metade do Século XIX: José Joaquim Teixeira e a Quinta do César no Carregado*, 2 vols., Trabalho síntese PAPCC policopiado, Évora, Universidade de Évora, 1984.
- «Para o estudo dos Investidores Alentejanos: os Lavradores da Comarca de Évora no final do Antigo Regime. Alguns Aspectos», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXII, 1987, Coimbra, pp. 47-114.
  - «Sociedade e Elites Alentejanas no Século XIX», in *Economia e Sociologia*, n.º 45-46, Évora, 1988, pp. 46-67.
  - *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*, 2 vols., Diss. de doutoramento policopiada, Universidade de Évora, 1992.
  - *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
  - «As Elites Económicas Alentejanas, 1850-1870: Anatomia Social e Empresarial», in *Análise Social*, n.º 136-137, 1996, pp. 711-748.
  - «Elites Agrárias e Crescimento Económico na Periferia Portuguesa: O Exemplo do Alentejo na Era Liberal (1850-1910)», in *Análise Social*, n.º 146-147, 2.º-3.º, 1998, pp. 497-538.
- FONSECA, H. A. e CARRETEIRO, R.: *A Modernização da Cidade de Évora no Século XIX*, Papers ao XVIII Encontro da APHES: Urbanismo e Infraestruturas Urbanas, Lisboa, APHES, 1998.
- FONSECA, H. A. e GAMEIRO, F.: «O Liceu de Évora na formação das elites portuguesas. Percursos escolares e profissionais 1841-1941», in *Escolas Culturas Identidades. Actas do III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, fevereiro de 2000 (prelo).
- «Carvalho, José Perdigo Rosado de», *Dicionário Biográfico de Parlamentares (1834-1910)*, Porto, Afrontamento, 2001 (prelo).
- FONSECA, H. A. e REIS, J.: «José Maria Eugénio de Almeida, um Capitalista da Regeneração», in *Análise Social*, n.º 99, 1987, pp. 865-904.
- FONSECA, H. A. e SANTOS, R.: «Três séculos de mudanças no sector agrícola alentejano: a região de Évora, sécs. XVII a XIX», in *Ler História*, n.º 40, 2001, pp. 43-93.
- FRANÇOIS, E. (ed.): *Sociabilité et société bourgeoise en France (en Allemagne eten Suisse) 1750-1850*, Paris, 1986.
- GAMEIRO, F. L.: *Ensino e Educação no Alentejo Oitocentista*, Tese de Mestrado Polic., Lisboa, FCSH-UNL, 1995.
- «O Analfabetismo no Alentejo 1860-1890: um estudo de caso», in *Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 2, 1993, pp. 69-85.

- *Entre a Escola e a Lavoura. Ensino e Educação no Alentejo 1850-1910*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional-Ministério da Educação, 1998.
- GAMEIRO, M. I.: *Recolher} Educar e Instruir. A Casa Pia de Évora (1836-1910)*, Diss. de Mestrado, Lisboa, FCSH-UNL, 2000.
- GRIGG, D.: *The Dynamics of Agricultural Change. The Historical Experience*, London, Hushinson, 1982.
- GUILLEMIN, A.: «Aristocrates, Propriétaires et Diplomés. La lutte pour le Pouvoir Local dans le Département de la Manche: 1830-1875», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 42, 1982, pp. 33-60.
- GUIMARÃES, P.: *Indústria e Conflito no Meio rural. Os Mineiros Alentejanos dos finais da Monarquia ao Estado Novo*, Tese de Mestrado Polícopiada, Lisboa, UNL-FCSH, 1994.
- «O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração», in REGO, M. (coord.): *Mineração no Baixo Alentejo*, Castro Verde, C. M. Castro Verde, 1996, pp. 114-129.
- JEREMY, D. J.: «Anatomy of the British Business Elite, 1860-1980», in *Business History* vol. XXVI-1, 1984, pp. 3-23.
- KAELBLE, H.: «Long-Term Changes in the Recruitment of the Business Elite: Germany compared to the US, Great Britain, And France since the Industrial Revolution», in *Journal of Social History*, núm. 13, 1980, pp. 404-423. Creed. CASSIS, y. (ed.): *Business History*, Aldershot, Edward Elgar Pub., 1994, pp. 3-22],
- *Social Mobility in the 19th and 20th centuries. Europe and America in Comparative Perspective*, Heidelberg-Dover, Berg Publ., 1985.
- *Vers une Société Européenne. Une Histoire Sociale de l'Europe 1880-1980*, Belin, 1988.
- KOCKA, J., e MITCHELL, A (eds.): *Bourgeois Society in Nineteenth Century Europe*, Oxford-Providence, Berg Publ., 1993.
- MALTA, M. C.: «O Assocativismo Recreativo e Cultural Oitocentista. Análise do Círculo Montemorense (1891)»», in *Almansor) Revista de Cultura*, n.º 11, 1993, pp. 231-311.
- MARQUES, P. C.: *As Sociedades Recreativas Bejenses de Meados do Século XIX à Primeira República: Elites e Vida Associativa*, Tese de Mestrado Polícopiada, Évora, Universidade de Évora, 1996.
- MARQUES, R.: «O Ensino Agrícola Elementar», in *Lavoura Portuguesa*, n.º 74, Lisboa, 1959, pp. 3-5.
- MARTINS, C. A.: «Opções Económicas e Influência Política de uma família burguesa oitocentista: o caso S. Romão José Maria dos Santos», in *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, pp. 367-404.
- MATOS, A. C.; MARTINS, C. A., e BETTENCOURT, M. L.: *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

- MERIGGI, M.: «Associazionismo borghese fra '700 e '800. Sonderweg tedesco e caso francese», in *Quaderni Storici*, XXIV, n.º 71, 1989, pp. 589-627.
- MIRANDA, P. E., e CLÁUDIO, A. S.: «Bem estar e estatura física no Alentejo durante o Século XIX: o caso do Distrito de Évora», *Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos (Alentejo-Algarve)* vol. II, Lisboa, Fundação da Juventude, 1998, pp. 11-85.
- MÓNICA, M. F.: «Capitalistas e Industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, n.º 99, 1987, pp. 819-864.
- «Nota Introdutória», in *Colóquio/Educação e Sociedade*, n.º 2, 1992, pp. 1-11.
- PEDREIRA, J. M.: «Os Negociantes de Lisboa na segunda metade do Século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais», in *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, pp. 407-440.
- PONS, A, e SERNA, J.: *La Ciudad Extensa. La Burguesía Comercial-Financiera en la Valencia de Medios del XIX*, Valencia, Diputació de Valencia, 1992.
- PRETO, R.: *A Traição Burguesa*, Lisboa, Pro Domo, 1945.
- RAMALHO, R. P.: *Relatório da Exposição Pecuário-Agrícola realizada em Évora em Maio de 1903*, Évora, 1908.
- REIS, J.: «A "Lei a Fome": as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)», in *Análise Social*, n.º 60, 1979, pp. 745-793.
- *O Atraso Económico Portugues* 1850-1930, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- RIBEIRO, O.: *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrâneo. Notícia e Comentário de uma obra de Albert Silbert*, Lisboa, 1970.
- ROCHA, M. M.: *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1.ª Metade do Século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- ROSENBLUM, N.: *A World History of Photography*, Revised Edition, New York, Abbeville Press, 1984.
- SANTOS, R.: «Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII», in *Análise Social* n.º 121, 1993, pp. 345-370.
- SENA, A.: *Uma História da Fotografia. Portugal 1839 a 1991*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- SERRA, J.: «Elementos para o estudo da instrução pública em Portugal, cerca de 1870», in *Labor*, ano XV, n.º 133, 1951, pp. 175-188.
- SILBERT, A.: *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime: XVIIIe-début XIXe Siècle. Contribution à l'Histoire Agricole Comparée*, 3 vols., Lisboa, INIC, 1978.
- SPRING, D. (ed.): *European Landed Elites in the Nineteenth Century*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1977.
- STONE, L., e STONE, J. C. F.: *An Open Elite? England 1540-1880*, Oxford, Clarendon Press, 1984.

- THOMPSON, F. M. I. (ed.): *The Cambridge Social History Of Britain 1750-1950*, 3 vols., Cambridge, Cambridge UP, 1993.
- TRINDADE, C.: *Elites Locais e Eleições no Concelho de Moura (1860-1910)*, Tese de Mestrado Policopiada Évora, Universidade de Évora, 1996.
- VALENTE, V. P.: *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, GIS, 1973.
- VENTURA, A.: «A Fundação da Associação Comercial e Industrial de Portalegre», in *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, n.º 5, 1982, pp. 36-38.
- VERLEY, P.: *Entreprises et Entrepreneurs du XVIIIe siècle au début du xxe Siècle*, Paris, Hachette, 1994.
- VOGEL, Ch.: *Le Portugal et ses Colonies, Tableau Politique et Commercial de la Monarchie Portugaise dans son État Actuel. Avec des Annexes et de notes supplémentaires*, Paris, Guillaumin et Cia, 1860.
- WEBER, Max: *Economie et Société*, Paris, Plon., 1971.

